

---

## “Há muitos silêncios a serem quebrados”: quando atentados à liberdade de expressão e violência sexista marcam a trajetória profissional de jornalistas de Natal (RN)<sup>1</sup>

Jadeanny Arruda Silva dos Santos<sup>2</sup>  
Maria do Socorro Furtado Veloso<sup>3</sup>

### RESUMO

A partir das relações que se estabelecem entre o crescimento das desigualdades de gênero e suas múltiplas formas de expressão, que denotam a vivência das mulheres em ambientes cada vez mais inseguros, este artigo busca apontar elementos que possam colocar em relevo as diversas formas de silenciamento, censura e violência de gênero incidentes sobre mulheres jornalistas atuantes em Natal, Rio Grande do Norte. Com o suporte de pesquisas da Federação Nacional dos Jornalistas (2020), Agência Gênero e Número (2017) e Repórteres Sem Fronteiras (2021), recorreremos à revisão bibliográfica de estudos de gênero, feminismo e violência, e no resgate de histórias de vida com base nas reflexões de Monica Martinez (2015) e Michel Pollak (1989).

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Liberdade de expressão; Mulheres Jornalistas; Histórias de vida; Violência de gênero.

### Introdução

Levantamento feito pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), em 2020, aponta que o Brasil caiu 26 posições no ranking global de igualdade de gênero desde 2006<sup>4</sup>. O país ocupa a 93ª posição dentre as 156 nações avaliadas e foi citado como um dos países nos quais a população feminina foi mais profundamente afetada pela pandemia da Covid-19. Segundo o levantamento, o país vai demorar cerca de 135,6 anos para acabar com a lacuna entre os gêneros. A lacuna econômica levará ainda mais tempo para ser fechada: 267,6 anos, se for mantido o ritmo atual.

Estabelecendo relações entre o crescimento das desigualdades de gênero e suas múltiplas formas de expressão, que denotam a vivência das mulheres em ambientes cada

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: arrudajadeanny@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: socorroveloso@uol.com.br

<sup>4</sup> Disponível em: <[1](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/brasil-despenca-em-ranking-global-de-igualdade-entre-generos.shtml#:~:text=O%20Brasil%20caiu%2026%20posi%C3%A7%C3%B5es,posi%C3%A7%C3%A3o%20(dados%20de%202020)>”. Acesso em: 22 mai. 2021.</a></p></div><div data-bbox=)

vez mais inseguros, este artigo busca apontar, sobretudo, elementos que possam por em relevo as diversas formas de silenciamento, censura e violência de gênero incidentes sobre mulheres jornalistas atuantes em Natal, Rio Grande do Norte nos últimos anos<sup>5</sup>. Neste sentido, serão apontadas interfaces entre as vivências de profissionais entrevistadas para o trabalho e as interdições ao exercício da profissão, as tentativas de silenciamento e violência que atravessaram suas histórias de vida.

O esforço de pesquisa, neste contexto, revela nuances da escalada de casos de cerceamento à liberdade de expressão, assédio e agressões que as mulheres jornalistas têm sofrido no exercício da profissão (FENAJ, 2020)<sup>6</sup>. E demonstra o quanto o país ainda precisa avançar no que se refere ao enfrentamento da assimetria de gênero, dentro e fora das redações, inclusive quando temos agentes públicos diretamente envolvidos em casos de violência sexista contra mulheres jornalistas. Por essa razão, o Brasil desponta como um dos países mais inseguros, tanto sob o ponto de vista dos direitos trabalhistas, quanto à garantia da integridade física e liberdade de expressão, para atuação das profissionais de imprensa. Afirma relatório publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2020:

Vivemos sob a exploração nos ambientes de trabalho no Brasil, com jornadas abusivas, excesso de trabalho, aumento da cobrança por parte dos superiores (mesmo entre aquelas que tiveram redução de salário e jornada), acúmulo de funções e as frequentes cobranças para dar conta de prazos, de plantões (incluindo quem está em teletrabalho) e de inúmeras reuniões. Soma-se a esse exaustivo cenário, o aumento expressivo da violência contra jornalistas. No ano passado, foram 428 casos, quase metade protagonizados pelo presidente Jair Bolsonaro. Desse total, 44,66% foram contra nós, mulheres jornalistas. Todos os ataques, verbais e virtuais, tiveram caráter machista, misógino e com conotação literalmente sexual. (FENAJ, 2020).

É sabido que as mulheres jornalistas têm sido alvo, de modo contínuo, de ofensas endereçadas pelo presidente do país e por membros de sua equipe, durante as coletivas de imprensa e/ou por meio de redes sociais do gestor público. Em uma das situações, em julho de 2021, ao ser questionado sobre a denúncia de superfaturamento nos contratos de

---

<sup>5</sup> Este artigo é recorte de dissertação de mestrado em andamento com o título *Narrativas da (re)existência: Um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN)*. A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na linha de pesquisa Estudos da Mídia e Práticas Sociais, sob orientação da Prof. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

---

compra de vacinas pelo Ministério da Saúde<sup>7</sup>, o chefe do executivo interpelou a repórter Adriana de Luca, da CNN Brasil, e disse: “Pare de fazer perguntas idiotas, pelo amor de deus!”. O ataque foi condenado por organizações que defendem a liberdade de imprensa no país e grupos feministas que trabalham em prol dos direitos humanos.

O caso acima relatado só reforça o alerta que significa a presença do Brasil na edição de 2021 da galeria de predadores da liberdade de imprensa, organizada pela Repórteres sem Fronteiras<sup>8</sup>. O levantamento expõe a ação violenta de 37 chefes de estado e de governo, dentre eles Jair Bolsonaro, que atuam de modo a silenciar jornalistas. Segundo o estudo, esses governantes impõem repressão massiva, censura, prisão arbitrária de profissionais de mídia e praticam apologia à violência também contra as mulheres que atuam no setor. Temos, aí, uma nítida tentativa de minar a credibilidade dos (as) profissionais para não responder pelas denúncias de violações aos direitos humanos.

Atentados e práticas de censura contra mulheres jornalistas, nas coberturas jornalísticas e dentro das redações, se tornaram, com maior intensidade, temas de discussões nas redes sociais em 2018, no Twitter, com a hashtag #DeixaElaTrabalhar. O movimento eclodiu a partir da iniciativa de 52 profissionais brasileiras que atuavam diretamente com o acompanhamento de pautas de esportes e que sofriam com tentativas de silenciamento, agressões físicas, psíquicas e morais dentro e fora dos ambientes de trabalho.

A mobilização do #DeixaElaTrabalhar foi fundamental para a exposição de um fenômeno que levou a organização Gênero e Numero, em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a realizar pesquisa para diagnosticar as formas de violência contra jornalistas ainda em 2017. Dentre os principais achados do estudo, que ouviu 477 mulheres trabalhavam em 271 veículos de comunicação durante dois meses, observou-se cerceamento à liberdade de expressão, discriminação quanto aos temas de pautas, constatação de casos de assédio moral e sexual - tanto por parte de colegas de trabalho quanto por parte das fontes; ou seja, é preciso modificar a cultura das redações para salvaguardar a integridade física e emocional das jornalistas. A constatação é de que elas sofrem com reiteradas ações de violência tanto quando estão fazendo as coberturas, quanto nas rotinas produtivas das empresas de jornalismo.

---

<sup>7</sup> O negócio foi alvo de arguições e debates na CPI da Covid por conta de um contrato para aquisição de 20 milhões de doses da vacina covaxin, por R\$ 1,5 bilhão, que estava, à época, sob investigação do Ministério Público Federal.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://rsf.org/pt/portraits/predator>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Muitas disseram ter seu trabalho invisibilizado ou mesmo apropriado por pares do gênero masculino e ver as pautas distribuídas nas reuniões conforme estereótipos. O simples fato de serem mulheres já impõe obstáculos à realização do seu trabalho, um preconceito que se manifesta em interrupções frequentes à sua fala e na presunção de que são incapazes de lidar com determinados temas ditos “masculinos”. Cinquenta e nove por cento também presenciaram ou tomaram conhecimento de colega assediada no exercício da profissão por uma fonte. Além dos impactos psicológicos desse tipo de assédio, as mulheres jornalistas sofrem ônus profissional. Conforme 46% das participantes do *survey*, suas empresas atuais não possuem canais para receber e responder a denúncias de assédio e discriminação de gênero<sup>9</sup>.

Tomando por base o contexto mais amplo que emerge das pesquisas acima citadas, e considerando a grande repercussão social do fenômeno, este estudo direciona o olhar para os atentados às liberdades, práticas de censura e silenciamento, dentre outras expressões de violência sofridas por jornalistas de diferentes idades que estão ou estiveram nas redações de jornais impressos de Natal, capital do Rio Grande do Norte, nos últimos 10 anos.

### **Desvelando a relação das mulheres com o jornalismo: entre o silenciamento e o resgate de histórias de vida**

Michelle Perrot (2007), em *Minha história das mulheres*, descreve que a invisibilidade e o silenciamento das mulheres fazem parte da ordem das coisas em distintas sociedades. São quase que a “garantia” de uma cidade tranquila. A aparição delas, em grupo, causa medo. Por isso, é fundamental quebrar o silêncio e tornar visíveis não apenas as sujeitas subalternizadas socialmente e historicamente, mas as situações e os crimes a que foram submetidas.

Sabe-se que as mulheres desempenharam papel secundário em boa parte da história do jornalismo brasileiro. Por algumas décadas, nas redações, atenderam telefone, serviram café e cuidaram da organização. As mais próximas do exercício da profissão escreviam sobre moda, cuidados do lar e a criação dos filhos (ABREU, 2006).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

---

Dulcilia Buitoni (2009, p. 29) afirma que “Jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático”. Refletir sobre o papel feminino dentro do jornalismo nos abre precedentes para analisar as posições ocupadas pelas mulheres na sociedade contemporânea, em que as possibilidades de trabalho tendem a reforçar estereótipos de uma cultura machista. Se, em décadas passadas, o jornalismo feito por mulheres tinha o objetivo de entreter, no mundo contemporâneo, as profissionais fazem jornalismo não somente para entreter, mas para informar, investigar e transformar a sociedade. Postos de trabalho que, antes eram destinados apenas aos homens, hoje são ocupados por mulheres, mesmo com as violências enfrentadas diariamente no exercício profissional.

O caminho que as profissionais do jornalismo utilizam para resistir contra o machismo e as opressões dentro e fora dos ambientes laborais exige uma análise que permita compreender como tal fenômeno ocorre no contexto das tentativas de silenciamento que as mulheres enfrentam no cotidiano. Ao buscar, por meio de relatos de histórias de vida, desvelar quais são e como se manifestam as formas de violência de gênero (incluindo as práticas de censura) contra mulheres jornalistas que estão ou estiveram nas redações de Natal/RN, acabamos por resgatar memórias de como esses abusos impactaram e ainda influenciam no exercício da profissão e mesmo na dimensão pessoal de cada uma.

O uso da história de vida enquanto técnica necessita de um acordo com a pessoa entrevistada, visto que ela participa diretamente do processo da pesquisa. Desta maneira, é preciso deixar explícito que a narrativa relatada pode vir a se tornar um elemento legal em casos jurídicos. A importância da consciência e da responsabilidade diante da história contada se faz necessária, visto que a fonte tem a prerrogativa da veracidade do que é narrado.

Metodologicamente, lançamos mão de revisão bibliográfica de estudos de gênero, feminismo e violência, além do levantamento de pesquisas sobre o contexto da liberdade de expressão no Brasil. Contudo, este artigo volta-se, especialmente, para o resgate das narrativas biográficas de um grupo de cinco mulheres jornalistas<sup>10</sup> do Rio Grande do Norte. Como critério de seleção, foram ouvidas aquelas que trabalham ou

---

<sup>10</sup> Para preservar a identidade das entrevistadas, cada uma foi identificada com pseudônimo. Elas estão denominadas como “Nuvem”, “Sol”, “Terra”, “Mar” e “Água”.

---

trabalharam em redações de jornais impressos da cidade de Natal. Acreditamos que esse recorte possibilitará um entendimento do espaço ocupado pelas mulheres na imprensa da capital do RN, observando questões como censura, assédio e violência de gênero.

O relato de vida, método de trabalho de Monica Martinez (2008), serve ainda como ferramenta para maior aprofundamento nas narrativas de personagens e participantes. Nesse sentido, a pesquisadora conclui:

Uma história de vida bem mapeada permite não só ampliar a visão de mundo do entrevistado, mas que esta ação, à semelhança dos círculos concêntricos que se expandem a partir de uma pedra jogada na água, permite aumentar a consciência num nível histórico, familiar, comunitário e até planetário (MARTINEZ, 2008, p. 43).

Percebemos que os relatos cumprem uma função importante neste estudo, visto que o cruzamento das narrativas das personagens possibilitará criar um perfil das opressões de gênero sofridas pelas jornalistas das redações potiguares e, dessa forma, permitirá entender, também, parte da história do jornalismo local e saber como elas resistiram e (re)existem diante dos cerceamentos que enfrentaram e enfrentam.

A história oral e as histórias de vida estão ligadas à valorização dos sujeitos, das vozes subalternizadas, bem como das comunidades, cidades e grupos. Partem da necessidade de ouvir os saberes emergentes, como lembra (MARTÍN-BARBERO, 2014). Essas metodologias têm, desde seus primeiros usos nas ciências sociais, uma característica comum: inserir pessoas excluídas da história oficial, considerar seus saberes e suas histórias. Para além, a história oral, com narrativas de vida, é um método fluido, que pode ser usado nas mais diversas áreas do conhecimento, permitindo que não somente a história das pessoas que narram seja reconhecida, mas a de seus semelhantes, grupos e locais de existência (POLLAK, 1989).

A história das mulheres ao longo dos séculos sempre foi cercada por segredos, resignação, força, coragem e apagamento. Seus diários, que revelavam o que não podia ser dito em público, narrativas de amor, medo e sofrimento eram queimados, para que suas existências fossem esquecidas (PERROT, 2007). Felizmente, muitas conseguiram escapar e lutaram para que as narrativas pudessem ser divulgadas de forma ampla, para que a vida vivida não caísse no esquecimento. Para isso, as mulheres que abriram caminhos precisaram romper e abandonar famílias, filhos, planos, na busca por um mundo mais justo e melhor para suas semelhantes.

E foi para abrir mais espaços que o movimento feminista ganhou força, reforçando o compromisso ético, político, teórico e prático com a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva antirracista e antissexista (HOOKS, p.11, 2019). Com esse olhar, o movimento oferece o acolhimento das diversas experiências que cada mulher vive em seu cotidiano, considerando as subjetividades que afetam o indivíduo e o coletivo.

Já a categoria de gênero confere base conceitual e mais sentido à prática organizativa e histórica do movimento de mulheres e movimento feminista, e pode ser entendida por aspectos sociais do ser, como defende Heleieth Saffioti (2015). Cada corrente feminista enfatiza determinado aspecto do conceito de gênero, contudo, há um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, p.47, 2015). Segundo Vera Soares (2004), é também pelo gênero que se consegue observar as desigualdades sociais:

Gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas a diferentes papéis, direitos e oportunidades de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um *status* maior do que a construção social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portando o estudo de um é coadjuvante do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos. (SOARES, 2004, p.113-114).

A gênese de uma sociedade igualitária começa com as revoluções dentro de nós mesmas, enfrentando ações e discursos machistas, racistas e misóginos. Passa pelo debate acerca do tripé classe, raça e gênero que estrutura as opressões (SAFFIOTTI, 2015). Porém, o gênero também pode ser atribuído a aspectos masculinos, sendo estes beneficiados pelo patriarcado, regime de dominação dos homens para com as mulheres (SAFFIOTI, 2015). No entanto, o patriarcado não reduz totalmente o poder das mulheres. A dominação masculina, embora aconteça em várias camadas da sociedade, não é algo apenas definido pelos diversos conflitos existentes, mas, sobretudo, pela estruturação da sociedade capitalista em que estamos inseridas (SAFFIOTI, 2004).

O poder patriarcal é um dos responsáveis pelas diversas formas de violência a que as mulheres são submetidas ao longo da história. Passa pela negação do acesso à

---

educação, pela violação de seus corpos. Homens brancos e ricos detêm o poder das decisões que impactam diretamente na vida social. A jornalista Nana Queiroz (2016) complementa:

Assim, são as sociedades em que mulheres não são autorizadas a estudar, dirigir e votar. Ou, como no Brasil de hoje, em que nós não temos direitos sobre o governo absoluto dos nossos corpos e somos vítimas de violências físicas, psicológicas e sexuais por parte de homens que acham que são nossos donos. (QUEIROZ, 2016, p.23).

Apesar do patriarcado ser uma forma de organização em que os homens estão no centro das decisões, muitas mulheres reproduzem tais relações no cotidiano, motivadas pelo machismo estrutural da sociedade. Assim, poucas de nós questionamos a inferioridade social (SAFFIOTI, 2015). Ou seja, como o patriarcado e o machismo são comportamentos arraigados, em alguns momentos podemos reproduzir pensamentos e comportamento fincados em raízes opressoras. No entanto, é importante ressaltar que mesmo sendo comportamentos que são motivados por hábitos sociais enraizados na cultura, é preciso questioná-los e combatê-los.

### **Narrativas de (re)existência de jornalistas natalenses**

Entende-se por violência todo dano à integridade física, moral, material ou psicológica de alguém. Também é considerado violência o apagamento e a invisibilidade na qual alguns sujeitos estão inseridos, e a essas formas denominadas de violência simbólica (BOURDIEU, 1997), no caso brasileiro, são exercidas sobretudo contra sujeitos subalternizados como mulheres, negros, povos indígenas e pessoas que estão inseridas na comunidade LGBTQIA+. Ainda segundo o teórico francês, “a violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p.22).

Essas formas de violência podem ocorrer em diferentes ambientes. Dentre as práticas, algumas destacam-se por atingir em maior proporção as mulheres, e a essas denominamos violência de gênero e violência contra a mulher, que podem atingir a integridade física ou mesmo a subjetividade das mulheres como tentativa de disciplinamento dos seus corpos, desejos ou quanto ao cerceamento de sua liberdade de expressão, como aponta o relato de “Sol”.

---

Eu entendo que é, que a violência de gênero se dá justamente, eu podia usar a palavra violentar mesmo, nessa violência que a mulher sofre por ser mulher em todas as instâncias e a gente conversou ao longo do nosso papo aqui. O tempo todo, essa questão de tem que estar provando, ou ter que estar sempre bem é uma violência, e eu entendo como uma violência, pra você sair na televisão você tem que tá com o cabelo liso. Essa questão da mulher sempre como a mais frágil. Então você tem a oportunidade de gritar, essa violência moral, de atacar a moral da mulher, a questão da questão salarial, lógico que envolve tudo isso obviamente, quando a gente ouve falar de violência a gente vai imaginar que é a mulher que apanha” (SOL, informação verbal, 2020).<sup>11</sup>

A violência simbólica ocorre muitas vezes com o silenciamento da mulher, a dificuldade para galgar cargos de liderança dentro de empresas jornalísticas, o corte da palavra ou a ridicularização durante uma coletiva de imprensa. Diferentemente da física, mais reconhecida entre todos os níveis da sociedade, a violência simbólica - por estar tão presente no cotidiano da mulher -, torna-se, em muitos ambientes, normalizada, como se deu com “Nuvem”:

Mesmo quando ela acontece no silêncio, que é psicológica, ela é avassaladora, ela pode destruir a vida de uma pessoa, de uma mulher, ao ponto dela não entender que ela é importante, é especial, e ela merece o mesmo espaço né? Não é para compactuar com isso. E aí eu fui descobrindo no corpo mesmo, na pele, nesse lugar de ser mulher, de estar, enfim, que é barra (NUVEM, informação verbal, 2020).<sup>12</sup>

Ainda que as questões de gênero e as situações de violência de gênero estejam sendo cada vez mais discutidas nos espaços públicos e na mídia, muitas mulheres ainda possuem dúvidas a respeito do que realmente representa uma interdição, um cerceamento as suas liberdades. No entanto, as experiências e situações de silenciamento as quais as mulheres são expostas no cotidiano são tantas e diversas que, mesmo quando o conceito de violência de gênero não é tão claro teoricamente, empiricamente ele se torna perceptível, como aconteceu com a entrevistada “Mar”:

Eu não sei se eu sei. Mas o que eu entendo de violência de gênero é o seguinte: é uma violência que você sofre por ser do gênero que você é. Então, numa reunião que um diretor me mandar calar a boca só porque eu sou mulher, é uma violência de gênero, né? Porque uma pessoa olhar para mim e dizer o seguinte: “Quem é o editor que manda aqui, homem que manda aqui?” Ou seja, na cabeça dele quem manda sempre é um

---

<sup>11</sup> SOL. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (120min).

<sup>12</sup> NUVEM. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (180min).

---

homem, então, isso é uma violência de gênero. A violência que eu sofro não por ser jornalista ou por ser chefe, eu sofro porque eu sou uma jornalista ou uma chefe mulher. Eu não sei se é isso (MAR, informação verbal, 2020).<sup>13</sup>

Dialogando com os estudos realizados pela Federação Nacional de Jornalistas (2020), Agência Gênero e Número e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2017), as entrevistas realizadas com jornalistas de Natal revelam faces das opressões que são reproduzidas no dia-a-dia, quando travam batalhas para conseguir exercer sua liberdade de expressão e de imprensa. As histórias de vida coletadas apontam para um mosaico de assimetrias de gênero, que se manifestam: (a) nos questionamentos dos chefes homens quanto à capacidade de produção das jornalistas, inclusive boicotando suas produções; (b) Delimitações quanto aos temas e pautas para reportagens (mulher tem que fazer matéria sobre temas mais “suaves”); (c) silenciamento de repórteres, que são censuradas não somente fora das redações (assédio moral e sexual), mas também no ambiente das empresas onde trabalham, conforme os relatos de “Terra” e “Nuvem”:

(...) a outra parte de violência de gênero que a gente sofre é na redação. Somos diminuídas por ser mulher, é não receber certos tipos de pauta porque acham que porque você é uma mulher você não vai conseguir, entendeu? No começo quando eu entrei na redação muitas pautas que envolviam segurança pública não me colocavam pra fazer, eles não me colocavam e eles diziam porque eu era mulher, não era nem velado. Eles diziam: “Não porque você é feminina, e tal e tal, e um homem se comporta melhor nesses ambientes, coisas desse tipo. Até eu tive que conquistar um espaço a duras penas com colegas que assim que eu, tem uma formação igual a minha, são jornalistas. Então o primeiro obstáculo de uma repórter começa na redação. Quando é colocada para fazer pautas mais suaves, entre aspas, por causa do machismo. E aí, vem o segundo obstáculo que é fora da redação. Fora da redação eu fui assediada fortemente sexualmente (TERRA, 2020, informação verbal).<sup>14</sup>

O editor fez essa pauta e a matéria sobre o isolamento. Foi logo no início da pandemia. No final de março isso, os gráficos, se não tivesse isolamento, o Brasil poderia chegar perto de 2 milhões de mortos. E aí, eu fiz essa matéria com todo cuidado, com todos os gráficos, um representante de Boston parou a reunião para falar comigo e eu fiz a matéria, e a matéria não saiu. Quando foi, sei lá, três da tarde, o Colleague

---

<sup>13</sup> MAR. Entrevista [jun. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (160min).

<sup>14</sup> TERRA. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (120min).

---

Londres fez a mesma pesquisa e a empresa publicou. Publicou porque já estava em todos os portais (NUVEM, 2020, informação verbal).<sup>15</sup>

Mas, quais os caminhos para a superação ou a desnaturalização das práticas de interdição das liberdades das mulheres jornalistas quando do exercício da profissão? Uma outra perspectiva apresentada por uma das profissionais que colaboraram com o estudo aponta que a educação é ferramenta essencial para que jovens possam conhecer os debates sobre gênero e sexualidade e refletir sobre suas vidas e acerca dos lugares que ocupam no mundo. Além disso, coloca como essencial a educação para a formação de homens e mulheres livres de opressões. E ainda trata da responsabilidade da mídia no combate às diversas formas violência de gênero, também considerando como baixo o envolvimento dos meios de comunicação em ações de conscientização da sociedade para o enfrentamento da violência de gênero.

Então assim, não vejo como que nas escolas não tenham educação sexual, educação de gênero, educação. Essas crianças não são educadas, esses adolescentes não são educados nas escolas, para serem mais, para eles pensarem. Não vejo como isso não possa se refletir num ambiente de trabalho, porque somos fruto. Eu acredito muito, no fruto da nossa criação, somos frutos do que construímos. (...) Eu sei que escolas não fazem isso, mas se tem, eu acho que é um caminho (...). Sinceramente, tem poucas campanhas de conscientização contra a violência de gênero, às vezes eu vejo jornais ainda falando muito pouco sobre isso, mas não está na agenda da mídia (TERRA, 2020, informação verbal).<sup>16</sup>

Tais campanhas poderiam ser parte de uma política de gênero executada pelas empresas jornalísticas, de modo a mitigar os tantos prejuízos que as discriminações sofridas pelas mulheres têm provocado, tanto para elas, enquanto vítimas, como para toda a sociedade. Cada caso de violência contra as jornalistas é um atentado aos direitos de todas as mulheres, uma vez que impõe, além do crime em si, restrições severas à liberdade de expressão feminina.

Cabe, às empresas jornalísticas a realização de estudos que busquem criar mecanismos de escuta para as profissionais vitimadas e a punição dos agressores. É preciso ter rotinas seguras de trabalho que garantam a integridade das profissionais tanto fora, quanto dentro das redações. Cabe, também ao Estado, a observação de políticas de

---

<sup>15</sup> NUVEM. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (180min).

<sup>16</sup> TERRA. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Jadeanny Arruda Silva dos Santos. Natal, 2020. 1 arquivo .mp4 (120min).

---

segurança que contemplem todos os tipos de mulheres e combatam as desigualdades de gênero que conformam as raízes do problema. Só assim será possível pensar em proteção para todas.

### **Considerações finais**

A pesquisa em curso tenta lançar luzes para o fenômeno da violência e dos atentados à liberdade de expressão contra mulheres jornalistas, como um dos elementos estruturadores das relações de poder dentro e fora das redações. Esses episódios revelam o cenário crescente de perigo para o exercício da profissão e os riscos iminentes à democracia.

Quando observamos as ofensas direcionadas às jornalistas, constatamos como a violência de gênero é naturalizada em distintas situações, dada sua permanência, ao longo dos anos, como parte do sistema que estrutura as empresas do setor e as relações que as profissionais precisam estabelecer, por exemplo, com agentes públicos do país. As empresas de comunicação, de modo geral, ainda são devedoras de uma política de gênero que possa salvaguardar as liberdades de expressão e imprensa, e proteger as mulheres que atuam nessas organizações.

As jornalistas continuam se sentindo desprotegidas dentro e fora dos seus ambientes de trabalho e possuem pouco ou nenhum canal de escuta. Quando essas mesmas mulheres precisam sair desses ambientes que não consideram seguros, e buscam outras oportunidades profissionais fora das redações, muitas vezes se deparam, novamente, com o assédio sexual, a violência política de gênero e a invisibilização. Daí ser importante a discussão das assimetrias de gênero em todos os espaços laborais, para que homens e mulheres possam viver sua vida profissional com dignidade e livres de opressão.

As histórias de vida possibilitaram que tivéssemos melhor compreensão das trajetórias pessoais e profissionais de um grupo de mulheres jornalistas da cidade de Natal, bem como seus sentimentos, dificuldades, anseios. O método permitiu a escuta das entrevistadas, que puderam relatar situações em que foram silenciadas. Elas reviveram emoções e trouxeram, para o momento das entrevistas, as lembranças de suas conquistas. Elas quebraram silêncios e deram sentido às experiências, contribuindo com o jornalismo, a pesquisa científica e, principalmente, com o combate à violência.

---

Com os relatos de vida das jornalistas ouvidas para esta pesquisa, percebemos como a história das mulheres está diretamente ligada à história do jornalismo potiguar e como os vários tipos de violência vão se somando ao longo dos anos. As marcas vão transformando a vida e a trajetória delas. Portanto, as narrativas apontam para um problema social importante, mas também para a tomada de consciência das mulheres sobre tal situação e as tentativas de superação.

## REFERÊNCIAS

ABRAJI. Mulheres no jornalismo brasileiro, 2017. Disponível em: <<https://www.mulheresnojornalismo.org.br>>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

BRUNER, J.; WEISSER, S. A invenção do ser: autobiografia e suas formas. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUITONI, D. H. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

FENAJ. Pesquisa “Mães jornalistas e o contexto da pandemia”. Federação Nacional dos Jornalistas, 2020. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINEZ, M. **Jornada do herói**: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINEZ, M. A história de vida como instância metódico-técnica no campo da Comunicação. *Comunicação & Inovação*, v. 16, n. 30, 2015.

PERROT, M. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Florianópolis: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *in*: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Nana. **Você já é feminista!** Abra este livro e descubra o porquê. São Paulo: Pólen, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do estado e diretrizes. In: TATAU, GODINHO, Maria Lucia SILVEIRA (org.) *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher. Caderno 8, São Paulo, Prefeitura de São Paulo/Friedrich Ebert Stiftung, 2004.

---

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In.: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Tradução Cláudia Gonçalves e Revisão científica Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. p442-523. (v.4 - O século XIX).